Versão On-line ISBN 978-85-8015-039-1
Cadernos PDE

VOLUME I

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2008

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS
O acervo documental do Colégio Professor Elias Abrahão como possibilidade de material didático pedagógico

ANDRÉ LUIZ RIBEIRO[1]

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo promover e divulgar a necessidade de uma maior atenção à história das instituições escolares, da busca de registros documentais referentes à reconstituição da memória das instituições educativas bem como proporcionar à comunidade escolar uma leitura de história local a partir de suas vivências e experiências enquanto atores sociais inseridos no contexto da comunidade escolar à qual pertencem.

Palavras-Chave: História local, escola pública, memória, arquivo, documento escolar, unidade temática.

ABSTRACT: This work has for objective to promote and to divulge the necessity of a bigger attention to the history of the pertaining to school institution, of the search of referring documentary registers to the reconstitution of the memory of the educative institutions as well as providing to the pupil a local reading of history from its experiences and experiences while inserted social actors in the context of the pertaining to school community which belong.

Keywords: Local history, public school, memory, archive, pertaining to school document, thematic unit.

---

[1] Professor Bacharel e Licenciado em Filosofia, trabalha na Rede Estadual de Ensino desde 1996, pós-graduado pelo Instituto Brasileiro de Extensão e Pesquisa.

INTRODUÇÃO

O trabalho consiste na investigação e análise do arquivo documental do colégio Professor Elias Abrahão, entrevistas com atores sociais da época, imagens e outros materiais relevantes para a reconstrução da memória da instituição. Um dos objetivos da pesquisa é dar maior significado ao sentimento de pertencimento dos sujeitos que constituem a comunidade escolar do Elias Abrahão. Outra intenção é promover e divulgar a necessidade de uma maior atenção à história da instituição escolar, da busca de registros documentais referentes à reconstituição da memória das instituições educativas. Como ressaltado por BITTENCOURT (2005): “A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constroem sentidos.”(p.42)

Tal objeto de estudo é fruto de uma percepção de carências quanto à importância dada à história da escola no âmbito das próprias comunidades escolares, as quais nem sempre vêem as suas unidades de ensino como entidades permeados de sentidos e plenas de vivências e situações relacionadas às suas origens e memórias.

Segundo Nadia Gonçalves(2007) os documentos escolares são testemunhos da vida institucional, da cultura e memória da escola devidamente permeados pelas particularidades da instituição que os forjou. Sendo assim,colocam-se alguns questionamentos de relevada importância sobre os procedimentos e análises acerca destes documentos:

- qual a contribuição efetiva dos documentos e registros escolares para o resgate da memória das instituições educativas?

- qual a relação entre o resgate da história e memória das escolas com o sentimento de pertencimento e agregação dos atores sociais que as engendram?

-no caso específico da instituição abordada, Colégio Professor Elias Abrahão, existe uma preocupação real dos membros da comunidade escolar quanto à divulgação e preservação destes documentos?

- em algum momento de sua história, alunos e professores do Colégio Estadual Professor Elias Abrahão utilizam ou utilizaram os documentos e registros escolares como material didático-pedagógico?

O presente trabalho está estruturado primeiramente numa abordagem teórica das premissas relacionadas aos conceitos de memória, patrimônio e arquivo escolar, seguido de um breve histórico do Colégio Estadual Professor Elias Abrahão. Concluindo o *corpus* do artigo apresenta-se uma descrição do processo de implementação, bem como seus resultados e considerações finais.

1. O CONCEITO DE MEMÓRIA

Contemporâneo de Bloch, Jacques Le Goff também ocupou-se de estudos sobre a memória coletiva. Em História e Memória (2000) oferece-nos um cuidadoso levantamento das definições de memória da antiguidade até nossos dias. Para ele, a memória coletiva não é apenas uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. Assim, nas sociedades desenvolvidas, os arquivos de memória não escapam à vigilância e ao controle dos governantes. Daí a necessidade daquilo que Le Goff chama de *"os profissionais científicos da memória*" (p. 471) lutarem continuamente pela democratização da memória social.

A discussão acerca da memória e a maneira como é tratada vem sendo objeto de debate por parte historiadores e filósofos, notadamente a partir da segunda metade do século XX. Com o passar do tempo, este conceito vem sendo alterado e adaptado às mudanças e necessidades das diferentes sociedades humanas.

Na Grécia Antiga, por exemplo, a memória estava intimamente relacionada com o sobrenatural, isto é, a memória e a imaginação tem a mesma origem. Nem sempre a memória era exercitada através de documentos escritos. Cabia muitas vezes ao sujeito, na figura do poeta, resgatar e perpetuar as experiências de seu grupo, criando uma espécie de "memória viva".

Já para os romanos, a memória estava diretamente relacionada com a necessidade de convencer e emocionar a platéia por meio do uso da linguagem. Para o cristianismo, a memória é marcada por comemorações litúrgicas, através da louvação a santos e mártires, bem como a seus feitos e glórias.

Entretanto, a partir do Renascimento, importantes mudanças ocorrerão na memória individual e coletiva. Com a invenção da imprensa, a urbanização das grandes cidades, o desenvolvimento do comércio, a ação do mecenato entre outros, levarão ao desenvolvimento de recursos cada vez mais elaborados para a preservação e disseminação da memória por meio de textos e imagens[2].

Nos dias de hoje, o conceito e principalmente o funcionamento da memória ganhou importante respaldo nas ciências físicas, biológicas e sociais.

---

[2] Foram utilizados os exemplos das civilizações Greco-romana por considerarmos serem estas os alicerces fundantes daquilo que chamamos civilização ocidental, embora saibamos que nos povos da Mesopotâmia e no próprio Egito Antigo existam também registros de preocupação consistente com a preservação das tradições e costumes locais. Os exemplos servem tão somente como contra-ponto aos conceitos de memória contemporâneos utilizados neste trabalho.

Basicamente podemos afirmar, atualmente, que a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências e experiências ocorridas no passado.

O sociólogo Maurice HALBWACHS (1990) afirma que mesmo a memória aparentemente mais particular remete sempre a um grupo. Ou seja, o indivíduo carrega em si as lembranças, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É neste contexto que construímos as nossas lembranças. Estas lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, naquilo que Halbwachs denomina de “comunidade afetiva”.

Portanto, esta memória coletiva tem uma imprescindível função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade, o *status* que o indivíduo ocupa e as relações que estabelece nos diferentes grupos dos quais participa.

Como frisa muito bem Marc Bloch em seu *Apologia à História* (2002), a história, no século XIX era pensada como narrativa. Mas uma narrativa dos grandes fatos, dos grandes heróis, da nação, do Estado. Nesta perspectiva a história estava sempre relacionada com a política e às mudanças, via de regra, boas e inovadoras, que esta traria. Esta noção positivista de história era largamente difundida num mundo em que a ciência e a tecnologia triunfavam.

O século XX, porém, começa com o horror da I Grande Guerra e os alicerces do cientificismo são brutalmente abalados e substituídos pelas dúvidas e incertezas (HOBSBAWN, 1995). Neste ambiente conturbado e de desconstrução de mitos e verdades sacralizadas, Bloch propõe uma nova forma de abordagem da história, tratando-a como ciência do homem no tempo, e não apenas no passado rígido e unidimensional dos grandes acontecimentos.

Para ele, a história era análise e crítica, não apenas narrativa. Era mais compreensão e menos julgamento. Mais reconstrução e menos apreensão. Depreende-se daí toda uma nova metodologia e revisão de conceitos propostos àquele que estuda a história. Para Bloch está claro que a função do

historiador é difundir e esclarecer. O objeto da história são os homens, e mais precisamente, os homens no tempo.

Outro aspecto importante da obra de Bloch é a importância que dá à observação da história através dos testemunhos e de sua transmissão. O historiador, no seu modo de entender, não deveria ignorar “a imensa massa dos testemunhos não-escritos”, mas deveria também utilizar “um conhecimento através de pistas”, a recorrer a procedimentos de “reconstrução”, dos quais “todas as ciências oferecem inúmeros exemplos”. (2002, p.122)

1.1. MEMÓRIA E DOCUMENTO

Segundo Le Goff a memória coletiva aplica-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.

Documentum, em latim, deriva de docere, “ensinar”, e daí evoluiu para prova no jargão legislativo. No entanto, o significado de testemunho histórico remete apenas ao início do século XIX. Fustel de Coulanges define assim o documento:

> *Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem omitir uma única... A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contém e em não lhes acrescentar nada do que eles não contém.O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.(LE GOFF, 2003, p.527)*

Ainda segundo Le Goff, é com o positivismo que o documento triunfa[3]. Deste momento para frente, todo historiador que se ocupe de historiografia saberá que é indispensável o recurso ao documento.

> *A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.*
>
> *Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do*

[3] O positivismo representa um amplo movimento de pensamento vigente na Europa entre meados do século XIX até o início da primeira metade do século XX, dominando grande parte da cultura em suas manifestações filosóficas, políticas, pedagógicas, historiográficas e literárias. Essencialmente tenta emprestar às ciências humanas os mesmos métodos das ciências naturais, quais sejam, a identificação das leis causais e o domínio sobre os fatos.

documento escrito? (Febvre, 1949, citado por Le Goff, 2003, p.530)

Como bem afirma Le Goff pretendemos aqui demonstrar a possibilidade de compreensão do conceito de memória escolar mediante análise de patrimônio material e imaterial da instituição em questão, explicitando a abrangência do conceito próprio de documento escolar, pois que muitas vezes, as impressões, rupturas e permanências de determinada escola superam o âmbito do registro escrito *strictu sensu*, oferecendo um amálgama de vivências, sentimentos e subjetividades não palpáveis pela caneta e papel.

1.2. MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

Após algumas considerações sobre os conceitos de memória e documento, é necessário explicitar a relação entre estes e a prática pedagógica no ensino de história.

Nos últimos anos as iniciativas destinadas a criação de centros de memória, núcleos de documentação e pesquisa, memoriais, elaboração de vídeos e documentários, revitalização de sítios históricos urbanos vem sendo intensificadas e aprimoradas numa tentativa de reverter o quadro instalado no senso comum de que o Brasil é um país sem memória, como bem coloca Ricardo Oria em Saber Histórico na Sala de Aula (2005).

Ainda segundo Oriá a possibilidade de se trabalhar questões relacionadas aos bens culturais do patrimônio histórico no ensino de História é emergente, pois que estimula no estudante o senso de preservação da memória social coletiva, o que é pré-requisito indispensável para a construção da cidadania e da identidade nacional.

Sendo assim, a escola é o lócus por excelência da construção e exercício desta cidadania. Ao socializar o conhecimento historicamente

produzido e preparar as atuais e futuras gerações para a construção de novos conhecimentos, a escola está cumprindo seu papel social (p.130).

2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O termo patrimônio histórico tradicionalmente remete a prédios, monumentos e outras edificações de excepcional valor histórico e arquitetônico. Ao longo do tempo, notadamente a partir da metade do século XX, toda uma legislação específica acerca do patrimônio histórico foi sendo erigida até materializar-se hoje em toda uma cultura preservacionista manifestada através de órgãos oficiais.

Esta construção da noção de preservação do patrimônio histórico tinha por intenção forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica (Oriá, p. 131).

Mais recentemente, vem se preterindo a expressão patrimônio histórico por patrimônio cultural, pois que este último procura denotar que existem valores culturais para além do estritamente material e arquitetônico.

O patrimônio cultural é constituído de bens culturais, os quais podem ser definidos como sendo toda a "*produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia*" (Godoy, 1989)

Hugues de Varine-Boham afirma existem três grandes categorias de elementos formadores do patrimônio cultural. A primeira refere-se ao meio ambiente: rios, vales, montanhas. Enfim, os recursos naturais como um todo. A segunda diz respeito ao conhecimento e capacidade do homem de sobreviver em seu meio ambiente. A terceira reúne os bens culturais propriamente ditos, tais como objetos, artefatos, obras e construções obtidas do próprio meio ambiente e do saber-fazer humano.

Depreende-se então, que o patrimônio cultural relaciona-se com o patrimônio ecológico, artístico e científico.

Por outro lado, o patrimônio histórico não se restringe apenas ao patrimônio edificado (edifícios e monumentos), mas também ao patrimônio documental, bibliográfico, iconográfico, oral, visual e museológico.

> "*Os bens culturais de uma dada sociedade não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas. Não apenas monumentos, bens isolados e descontextualizados, mas testemunhos materiais portadores de significação, passíveis de muitas leituras*." (FENELON, apud., LE GOFF, 2003).

Temos também o patrimônio imaterial definido pela Unesco e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.[4]

Importante ressaltar o caráter de constante transformação deste patrimônio, haja visto sua característica de herança passada de geração e geração e na implicação de mudança que isto engendra nos grupos nos quais são forjados, promovendo o respeito à diversidade e à criatividade humana.

---

[4]INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan. Acesso em 18/11/2009.

3. O ARQUIVO ESCOLAR

Tema central deste trabalho e em consonância com tudo o que já foi dito acerca do documento e do patrimônio cultural, surge naturalmente a necessidade de algumas considerações sobre o arquivo escolar.

Afinal, sendo o arquivo escolar ele mesmo um importante acervo documental, porque não inserí-lo no currículo e práticas escolares ressaltando seu papel no regaste da história da instituição e da comunidade escolar?

Embora não seja exatamente uma novidade, como bem lembra Nádia Gonçalves, o entendimento quanto á utilização destes documentos no cotidiano do ensino de história vem sendo revisitado ao longo do tempo, colocando novas e instigantes proposições.

Em seu artigo *Arquivos Históricos Escolares: Contribuições para o Ensino de História e a História Local*, a autora enfatiza a existência de alguns pressupostos relevantes para a discussão das possíveis contribuições do arquivo histórico escolar no ensino de História, mais especificamente. São eles:

1) *deve ser claro para o professor não existir uma verdade absoluta acerca do fato histórico e sim outras versões que não são necessariamente excludentes entre si*
2) *o documento é um registro parcial, limitado e, portanto, passível de um sem número de interpretações.*
3) *Para além dos registros escritos e oficiais existem objetos e registros orais, ou seja, outras fontes de informação a respeito do objeto a ser problematizado.*
4) *Para superar a visão conteudista, desinteressante e não significativa da História é necessária a problematização daquilo que é familiar e natural aos alunos.*

5) *Nesta abordagem, a história da instituição escolar pode ser um rico ponto de partida para a problematização e o ensino de história, pois que neste processo o aluno pode compreender-se como agente histórico, que constrói, modifica ou mantém práticas vigentes naquela comunidade escolar específica à qual pertence.(...)(2007:2,3)*

Segundo Gonçalves a escola produz diversos tipos de documentos e registros, inerentes ao universo administrativo e burocrático e que permeiam o dia a dia da escola. Além dos documentos escolares propriamente ditos podem ser encontrados outros tipos de documentos tais como fotografias, regimentos internos, jornais produzidos pela escola e/ou pelos alunos, recados e evidentemente, o testemunho dos próprios atores sociais da instituição.

Todos estes documentos são testemunhos da vida institucional, da sua cultura e memória, e contém em si as particularidades da escola que os produziu.

Diana Vidal define os arquivos como lugares de memória, guarda dos acervos, mas ao mesmo tempo, “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e do presente”. (VIDAL, 2005)

Por outro lado a utilização de tais documentos exige que o professor conheça os limites e as possibilidades que esta utilização pode oferecer, com o intuito de rever sua prática pedagógica e também para a real aplicação desta proposta em seu ambiente de trabalho.

É importante deixar claro, conforme Maria Auxiliadora Schimidt (2005), que a realidade local não contém em si mesma todas as explicações para os fenômenos políticos, culturais, sociais e econômicos ali engendrados. A relação com uma realidade macro é absolutamente indispensável para a compreensão de processos históricos mais amplos.

Segundo esta perspectiva é curioso notar a possibilidade intrínseca de exploração de outros temas que não os especificamente relacionados à instituição escolar. Noções de permanência e mudança, relações de gênero, hábitos e costumes das famílias envolvidas, infância são outras possibilidades abertas a esta abordagem do documento escolar.

Segundo Serlei Ranzi (2005), a fonte oral também é um instrumento muito interessante de ser utilizado, porém, exige também uma metodologia pertinente às atividades a serem elaboradas com a comunidade escolar a posteriori.

De qualquer maneira podem ser desenvolvidas uma série de atividades curriculares realcionadas à história da escola, envolvendo uma ou mais disciplinas. Tais atividades podem se materializar na forma de exposições, projetos de organização, conservação e catalogação do arquivo escolar, projetos de reconstrução da memória da instituição e da comunidade escolar e assim por diante.

Conforme bem coloca Maria Auxiliadora Schmidt (2005), para que a prática de sala de aula adquira o “cheiro bom do frescor”, é preciso que se assumam definitivamente os desafios que a educação histórica enfrenta hoje em dia. Seria “uma das maneiras de se contribuir para que os educandos se tornassem conhecedores da pluralidade de realidades presentes e passadas, das questões do seu mundo individual e coletivo... Os educandos poderiam adquirir a capacidade de realizar análises, inferências e interpretações acerca da sociedade atual, além de olhar para si e ao redor com olhos próprios, resgatando o conjunto de lutas, anseios, frustrações e sonhos de cada um, no presente e no passado”.

Por que então não começar este exercício de resgate de si mesmo e dos outros a partir de seu ambiente mais próximo depois da família, que é a escola?

4. COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR ELIAS ABRAHÃO – BREVE HISTÓRICO[5]

Localizado na região leste de Curitiba, com área aproximada de 1.460.000 m^2, população fixa de 14.000 habitantes, 39.000 m^2 de área verde, 6375 domicílios e 1 grande hospital, o bairro Cristo Rei é hoje considerado residencial com boas opções de comércio e serviços. O passado remoto do local está diretamente ligado à antiga Rede Ferroviária, a qual era um chamariz de trabalhadores no final do século XIX e começo do século XX. Antes de ficar conhecido pela atual denominação, o bairro chamava-se Cajuru, emprestando o nome ao Hospital e ao antigo Colégio Nossa Senhora de Lourdes, popularmente conhecido nos idos de 1907 até à atual administração, de Colégio Cajuru. Mais tarde, com a fundação da União Beneficiente e Recreativa Morgenau, o bairro passou a chamar-se vila Morgenau e subsequentemente, Capanema.

Foi a partir da década de 70 que passou a chamar-se pelo nome atual, em função da fundação da Igreja do Cristo Rei.

O Colégio Professor Elias Abrahão, em que pese a alteração de nomenclatura constada em ata e formalizada pelos órgãos de Estado competentes, ainda é carinhosamente chamado pelos professores, alunos, funcionários e pais de Colégio Cristo Rei ou mais prosaicamente apenas de "Cristão", explicitando a profunda relação que a instituição guarda com o passado da região.

Aliás, em meados do século XX o Grupo Escolar Cristo Rei surge em atendimento à demandas reprimidas de oferta de vagas para alunos oriundos

[5] Os registros da instituição encontram-se guardados na secretaria do Colégio, em bom estado de conservação e satisfatório grau de organização. Atas, circulares, grades curriculares, memorandos e outros documentos institucionais compõem o acervo. Uma outra parte, mais relacionada à arquitetura do prédio, eventos, fotos, vídeos e jornais foram localizados na Biblioteca, porém de forma um pouco mais dispersiva e aleatória. De todo modo encontram-se também em satisfatório estado de preservação.

de famílias de menor poder aquisitivo, haja visto o único estabelecimento de ensino da região ser privado e de ordem eclesiástica, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, popularmente conhecido como “Colégio das Freiras”, já supra citado.

Fig. 1/ Fachada do Colégio Estadual Prof.Elias Abrahão, 2009. foto: André Luiz Ribeiro

O Colégio Estadual Professor Elias Abrahão, obteve através dos Estabelecimentos que o formaram, sucessivos atos oficiais como por exemplo o decreto n.10717 de 29/09/53, que atendia os alunos do antigo curso primário. Apenas em 1966 foi criado e denominado Ginásio Estadual Cristo Rei de acordo com o Decreto n.3.533 regido pela lei n.402/61. Por outro lado o Curso de 2º Grau passou a vigorar a partir de 1989, ficando assim até a mudança de nome da instituição para Colégio Estadual Professor Elias Abrahão, o que ocorreu em 1996.

5. IMPLEMENTAÇÃO

Primeiramente, foram explicitadas junto aos professores do Ensino Médio, Direção, Equipe Pedagógica e Funcionários as prerrogativas do projeto e a importância das pesquisas na área de memória da escola. Após serem lançados os alicerces epistemológicos e teóricos do objeto de estudo, deu-se início à fase de aplicação prática e pesquisa de campo, a qual compreendeu as seguintes estratégias:

- acesso ao arquivo escolar e documentos do colégio
- pesquisa-ação com atores sociais do período, sob forma de entrevistas.
- disponibilização de alguns documentos à alunos e professores para análise e apreciação

5.1. Sujeitos da pesquisa

Os alunos envolvidos na pesquisa nunca tiveram, até então, a oportunidade de ver, analisar e trabalhar com documentos pertinentes ao acervo do colégio, bem como considerar o seu ambiente de estudos como fonte de investigação historiográfica.

A grande maioria habita as redondezas próximas e relativamente próximas ao estabelecimento, explicitando uma mudança significativa quanto à população estudantil da instituição, haja visto o quadro ser diferente na década imediatamente anterior, quando quase a totalidade dos alunos pertenciam ao próprio bairro do Cristo Rei. A turma selecionada como público alvo possui alunos sitiados no bairro de origem da escola, mas também alunos pertencentes à região de Pinhais, Piraquara e Bairro Alto.

A escolha de uma turma de 1ª Série do Ensino Médio deu-se mediante aferição de nível de interesse pela pesquisa realizada dentre outras duas turmas do Ensino Médio, porém de séries diferentes.

5.2. Procedimentos

O processo de implementação consistiu essencialmente de duas etapas, a saber:

Em parceria com a equipe pedagógica e direção optou-se por realizar as atividades com uma turma de 1ª série do Ensino Médio. O número de alunos envolvidos foi de 35, dos quais 20 estão matriculados na instituição desde a 1ª série do ensino fundamental. Entretanto, apenas 12 alunos possuem parentes que passaram pelos bancos escolares do Elias Abrahão.

Para o início dos trabalhos investigou-se através de uma enquete o número de alunos que estudam no estabelecimento desde a 1ª série da educação básica bem como quantos destes alunos tem parentes que também estudaram na mesma instituição. Após, foram expostas cópias de alguns documentos do arquivo escolar para conhecimento da turma, em particular uma planta do projeto arquitetônico datada de 1954 com a qual os alunos puderam, acompanhados do professor, percorrer os ambientes e espaços do Colégio, comparando-os com os do projeto original.

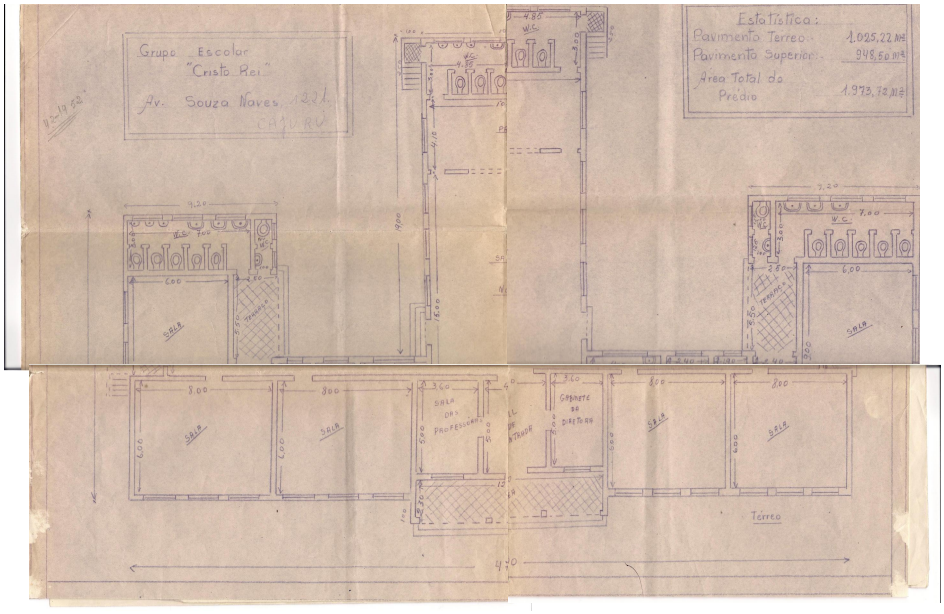

Fig.2/Planta baixa do prédio original do Colégio, 1954

Esta atividade chamou muito a atenção dos alunos, despertando-lhes para o fato de que a estrutura material do estabelecimento ao qual pertencem não é uma entidade morta e congelada no tempo, mas passível de mudanças e que tais mudanças refletem o caráter subjetivo dos indivíduos que por ali passaram durante décadas.

A seguir, compilamos dois comentários de parentes que estudaram no Colégio entrevistados por uma das alunas da turma. A primeira entrevistada foi uma mulher de 44 anos, moradora do bairro Capão da Imbuia. Afirma ter entrado em 1980 no colégio, diz conhecer parcialmente a atual estrutura física e administrativa. Quanto às normas de convivência e regimento escolar vigentes à época de sua passagem pelo estabelecimento, ressalta o " respeito aos professores e funcionários, prestar atenção nas aulas", tudo muito rigoroso e fiscalizado.

Ressaltou ainda que quando o professor entrava em sala "todos se calavam".

A segunda entrevistada foi uma senhora de 61 anos, também moradora do Capão da Imbuia. Conta ter ingressado no colégio em 1963, aos quinze anos de idade e a exemplo da outra entrevistada também desconhece a atual estrutura da escola. A respeito das normas de conduta, reiterou o testemunho da outra depoente, destacando " ter uma boa postura, responder as perguntas solicitadas pelo professor " e "disciplina muito rígida, onde(sic) tudo tinha que estar impecavelmente em ordem."

Após esta fase procedeu-se a um debate com a sala a respeito dos outros questionários, os quais, embora simples e concisos, mantiveram a mesma linha norteadora de respostas dos exemplos aqui citados. Para a discussão a turma foi dividida em equipes, cada qual responsável pela apresentação de um painel contendo as impressões do grupo acerca das semelhanças e diferenças das regras disciplinares e de conduta do passado e do presente da instituição. Na sequência, os alunos puderam expor para o

grande grupo suas idéias, possibilitando um debate extremamente profícuo e enriquecedor para os mesmos. No debate, puderam compreender as peculiaridades administrativas, sociais e culturais que permearam a trajetória do colégio ao longo do tempo e o mais importante, o quanto estas peculiaridades espelham o ambiente externo à escola.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos e resultados apresentados neste trabalho deixam claro a premência de uma atenção especial à memória das instituições educativas. Neste sentido foi satisfatório e alentador percebermos o bom nível de organização e preservação do acervo documental do Colégio Professor Elias Abrahão, entretanto, sabemos não ser esta uma regra vigente no sistema público de ensino. Lamentavelmente, em boa parte das escolas da rede, o acervo documental das unidades escolares encontra-se entregue à própria sorte, confinadas em ambientes insalubres, ausência de fichamento e catalogação. Por outro lado, concluímos que apesar do bom estado do acervo documental do Elias Abrahão, os documentos ainda são vistos pela comunidade escolar como arquivo morto e inútil. À exceção desta pesquisa e de outra realizada no começo da década, não detectamos nenhuma referência ou utilização dos documentos da escola com finalidade pedagógica.

Duas atividades infelizmente não puderam ser concluídas, a saber, uma mostra do acervo para a comunidade escolar e um painel científico com as impressões e levantamentos dos alunos durante o processo. Todavia, tivemos por parte da direção e equipe pedagógica a garantia do apoio a futuros projetos relacionados à salvaguarda da memória da instituição e valorização de seu patrimônio material e imaterial. Esperamos também que o *corpus* deste artigo possa inspirar outros educadores desta unidade escolar bem como de outras a buscarem no interior de suas escolas profícuo material para objeto de estudo e pesquisa na área de acervo e patrimônio escolar.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História Fundamentos e Métodos.São Paulo: Cortez, 2005.

BLOCH, MARC. Apologia da História ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CAMARGO, Haroldo. Patrimônio Histórico e Cultural. Coleção Abc do Turismo, 2005

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Arquivos Históricos Escolares: Contribuições para o Ensino de História e a História Local. EDUFRN, 2007.

GODOY. Solange de Sampaio. Museu histórico nacional. Ed. Melhoramentos, 1989.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IPHAN.Disponívelemhttp://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan

KERSTEN, Márcia. Os rituais do tombamento e a escrita da história. Curitiba: Editora UFPR

KESSEL, Zilda. A Construção da Memória na Escola: Um estudo sobre as relações entre Memória, História e Informação na contemporaneidade, USP, 2003.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

PINSKY, Jaime. (org.) O Ensino de História e a Criação do Fato. São Paulo: Contexto, 2006.

RANZI, Serlei Maria Fischer. Fontes orais, História e saber escolar. Educar em Revista, Ed. UFPR, Curitiba, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de historia. Unicamp, 2005.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Os museus do mundo. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.